

A SOCIEDADE DE CONSUMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

THE CONSUMER SOCIETY AND SUSTAINABLE ECONOMIC DEVELOPMENT

SCHONARDIE, Elenise Felzke¹

STRADA, Juliane².

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer alguns aportes teóricos sobre as novas demandas sociais e o meio ambiente a partir da teoria das necessidades, da eficiência econômica e o questionamento sobre o desenvolvimento; analisar a ascensão dos consumidores em cidadãos no contexto geral de países da América Latina levando à escassez dos recursos naturais gerada pelo hiperconsumo, um dos principais agentes da degradação ambiental. Neste sentido, analisa os fatores de produção e a busca pelo crescimento econômico de forma sustentável, que equilibra o desejo de consumo com uma racionalidade produtiva, reduzindo a degradação ambiental com a criação de modelos econômicos ecológicos que valorize a produtividade e a conscientização e sensibilização do ser humano, principal agente transformador para um desenvolvimento ecológico sustentável.

Palavras-Chave: Sociedade e consumo; Economia e meio ambiente; Desenvolvimento ecológico sustentável.

ABSTRACT

The major objective is to bring some theoretical contributions about the new social demands and the environment, from the theory of needs, economic efficiency and the questioning about the development.

¹ Doutora em Ciências Sociais, Professora do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, pesquisadora da linha de pesquisa Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos; e Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo – UPF; Advogada. Email: elenisefs.adv@gmail.com

² Economista e advogada, especialista em direito imobiliário, notarial e registral, mestranda em Direitos Humanos pela UNIJUÍ, vinculada à linha de pesquisa Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos, bolsista FIDENE, email juliane.st@terra.com.br.

Analyze the consumer's rise into citizens, in general context of the Latin America countries, taking them to a scarcity of natural resources generated by over-consumption, one of the main agent of environment degradation.

Analyzes the factors of production and the pursuit of economic growth in a sustainable manner that balances the desire for consumption with a production rationality, reducing environmental degradation through the creation of ecological economic models that improve productivity and awareness and sensitization human being, the main transforming agent for sustainable ecological development.

Keywords: Society and consumption; Economy and environment; Sustainable ecological development.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é analisar a sociedade contemporânea em relação ao consumo, ao hiperconsumo e as consequências trazidas ao meio ambiente com tal modo de vida. Neste sentido, busca-se algumas das razões que conduziram o ser humano a consumir com voracidade, sem percepção de que a escassez dos recursos conduzirá à própria degradação da vida, uma vez que o ser humano é, necessariamente, dependente dos recursos advindos do meio ambiente.

Há que considerar-se que ao longo dos tempos constatam-se sucessivas mudanças na organização da sociedade e da economia: o incremento do poder econômico proporcionou um novo sentido para a vida humana, e a consciência social (da sociedade de consumo) tomou, por base, as condições materiais objetivas. Desde a primeira Revolução Industrial no século 18 que o modo de vida vem se modificando e desenvolvendo uma sociedade que busca, incansavelmente, o consumo exacerbado, sem que se perceba que o hiperconsumo levará ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis.

Na procura por produção e materialidade, a sociedade moderna rompeu o paradigma das sociedades pré-modernas e passou a delinear uma nova ordem econômica e social. As necessidades são construídas continuamente na ânsia pela satisfação e felicidade através do consumo. A sociedade contemporânea se tornou consumidora, afastando-se do ideal coletivo e transformando-se em uma sociedade individualista, onde as regras e valores são em parte regidos pelo poder econômico, que visualiza, no lucro e consumo, a solução para o crescimento e desenvolvimento mais econômico que social.

Sendo assim, far-se-á uma análise desta nova sociedade, seu modo de consumir e os conflitos gerados com o hiperconsumo e a escassez dos recursos naturais, buscando demonstrar

outras formas econômicas de crescimento, uma vez que o homem não pára de modelar o mundo e de reproduzir-se a si próprio, e estas novas formas acabam por diminuir as vozes públicas, tanto da chamada alta cultura, quanto a baixa cultura.

2 A sociedade contemporânea de consumo e alguns de seus conflitos

No início da segunda década do século 21, convém refletirmos sobre as bases fundantes de uma sociedade de consumo como a nossa. Neste sentido, a proposta deste estudo é analisar a sociedade contemporânea em relação ao consumo, ao hiperconsumo e as consequências trazidas ao meio ambiente com tal modo de vida.

Hoje as relações mais relevantes para a maior parte da população economicamente ativa, não são as relações de afeto, de respeito, de cidadania e de desenvolvimento conjunto, mas sim, as relações de consumo, nas quais de um lado está o fornecedor de produtos ou serviços e de outro (diametralmente oposto), o tomador desses produtos ou serviços, denominado legalmente de consumidor. A partir da última década do século 20, não somos mais reconhecidos como pais, filhos, professores, advogados, secretários, tios, sobrinhos, etc., mas como consumidores. Chegamos a um nível tal de “desenvolvimento social”, se é que seja possível utilizar adequadamente essa expressão, que passamos a ocupar ou deixar de ocupar um espaço no grupo social ao qual pertencemos (onde somos notados ou não), em razão daquilo que somos capazes de consumir (leia-se: comprar, adquirir).

A sociedade de consumo caracteriza-se pelo predomínio das relações de consumo. É como se tudo o que existe no mundo, ou pelo menos, a grande maioria das coisas existentes, estivessem à venda, prontas para serem adquiridas, consumidas, sendo esse o eixo central das relações. Outra característica é a desestabilização que passa a atingir tanto o homem de massa como o da classe política e intelectual. “O temporário passa a prevalecer sobre a fidelidade, o investimento superficial sobre a mobilização crente” (LIPOVETSKY, 1989). A inconstância torna-se geral.

Por um lado, os cidadãos se sentem pouco interessados pela coisa pública; um pouco por toda parte desmotivação, a indiferença pelo político vence; o comportamento do eleitor está prestes a conformar-se ao do consumidor. Por outro lado, os indivíduos atomizados, absorvidos consigo mesmos, estão pouco dispostos a considerar o interesse geral, a renunciar aos privilégios adquiridos; a construção do futuro tende a ser sacrificada às satisfações das categorias e dos indivíduos do presente. (LIPOVETSKY, 1989, p. 13).

Nossa vida passa a reger-se não por aquilo que fazemos em prol do bem-estar do conjunto social ou familiar, mas sim, pelos desejos que, a todo instante, são criados e recriados para a propulsão, em escala planetária, da aquisição de novos bens de consumo. Ou seja, nós

vamos às compras! Não que isso seja de um todo ruim, mas na maioria das vezes, é desnecessário, e este atual estágio de consumo é o que chamamos de consumismo ou de hiperconsumo.

As estratégias e os movimentos em prol do consumo, que nos conduziram a tal estágio, foram e continuam sendo desencadeados através da aplicação de dois conceitos que emergiram nos anos 50, do século passado: a obsolescência planejada e a obsolescência perceptiva. A obsolescência planejada é aplicada no processo de produção dos produtos que irão servir aos consumidores, isto é, tem haver com a fragilidade, pouca durabilidade e vida útil dos produtos disponibilizados ao mercado que, a cada vez mais, se estragam com maior facilidade, provocando seu rápido descarte e substituição. A obsolescência perceptiva tem haver como o *desing* e formas dos produtos, que de um ano a outro ou, de uma estação à outra, são modificados em sua aparência (cores, linhas e formas), levando os consumidores a aquisição de produtos e aparelhos *da moda*, ou melhor, da estação.

Desde a Revolução Industrial que o modo de vida vem se modificando e desenvolvendo uma sociedade consumista, e com a Revolução Francesa, no século 18, com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, se derroca a hegemonia do poder sanguíneo da monarquia absolutista e da aristocracia, conferindo poderes à burguesia, que se fortaleceu e estabeleceu uma nova ordem de poder: o econômico, e uma nova ordem social: a de consumo. Esta nova ordem, sem que se perceba o excesso de consumo de produtos, tem nos levado à escassez de recursos naturais (que servem de matéria prima no processo de produção) e, conseqüentemente, ao excesso de geração de resíduos que são despejados no ambiente, muitos de forma indiscriminada, sem a devida observância das normas e regulamentos de segurança ambiental, colocando em risco o bem-estar e a saúde humana.

PEREIRA *et al.* (2011) sustenta que, a partir da Revolução Industrial, o poder econômico desenvolveu um novo sentido para a vida humana, ou seja, uma busca incansável ao consumo sem o questionamento sobre suas conseqüências, onde o homem passou a se apropriar da natureza sob diversas formas, sem a preocupação com a preservação e a sustentabilidade, proporcionando a espoliação da natureza e do próprio homem, em todos os seus âmbitos.

Sob o enfoque da sustentabilidade ambiental, da necessidade do uso racional dos recursos naturais limitados, podemos refletir sobre a relação entre a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento. Assim, nosso questionamento é: o que é desenvolvimento?

Conforme THEIS (2006) as metamorfoses que se operam no campo do desenvolvimento guardam estreita relação com o clima ideológico e com as condições

históricas predominantes em cada época histórica. “Por essa razão, desenvolvimento não é algo que possa ser testado num laboratório desconectado do tempo e do espaço, pelo contrário, como Altvater (1992) assegurou, é um processo complexo que tem lugar precisamente num dado espaço social e natural e num certo tempo histórico”. (THEIS, 2006, p.29).

Com segurança, podemos afirmar que o desenvolvimento é um processo complexo que tem lugar num espaço social e natural e num tempo histórico determinado, não sendo, necessariamente contínuo, mas sim, cíclico;

se esse desenvolvimento no contexto do capitalismo liberal-produtivista encobre as relações perversas que predominam no interior da sociedade e entre esta e o meio físico; e se esse desenvolvimento é condicionado pela presente desordem global, o que resta a fazer senão assistir passivamente à desordem global ganha dimensões que recolorem no horizonte a alternativa da barbárie? (THEIS, 2006, p.30).

Por óbvio, não podemos abrir mão do nosso grau civilizacional, após séculos de lutas e conquistas, seja no campo das ciências sociais, médicas, jurídicas ou tecnológicas. É importante que o desenvolvimento não seja confundido com o crescimento econômico. Isto porque, o desenvolvimento é um processo integrado em que as estruturas sociais, jurídicas e tecnológicas do Estado passam por transformações, que objetivam à melhora da qualidade de vida dos homens e mulheres que *habitam* em determinado espaço. O crescimento econômico não pode estar apoiado na alteração adversa da qualidade de vida e do ambiente ecologicamente equilibrado.

A ideia de desenvolvimento deve vir questionar os valores da sociedade capitalista em geral e rejeitar a economia produtora de valores de troca e predadora de recursos naturais não renováveis. Torna-se essencial para o nosso tempo, repensarmos em alternativas econômicas que apresentem, também, viabilidade ambiental. Que o desenvolvimento possa dar-se em todas as suas dimensões, sejam elas: social, cultural, ecológica, espacial e econômica.

3 A economia e a sociedade de consumo na busca do desenvolvimento

A crise ambiental, que se instala, representa riscos imprevisíveis; e uma das ameaças que se evidencia, como já citado, é a busca desenfreada por bens de consumo, que gera a escassez dos recursos naturais. A economia neoclássica tenta reorganizar os ciclos econômicos valorando os bens naturais, por outro lado, a economia ecológica busca uma interação com outras ciências, na tentativa de criar condições para um crescimento com sustentabilidade. Diante disso, faz-se uma análise da utilização dos recursos naturais para o crescimento econômico sustentável e a construção de uma economia ecológica.

A economia é uma ciência que estuda a atividade produtiva, as variações e as combinações nas alocações dos fatores de produção – terra, capital, trabalho, tecnologia e

capacidade gerencial -, a distribuição de renda, mas, sobretudo, os problemas referentes ao uso eficiente dos recursos materiais escassos para a produção de bens.

Como já visto, a sociedade impõe uma necessidade ilimitada de consumo; por outro lado, os recursos são limitados. Daí a escassez desses, principalmente, do fator “terra”, aqui subentendido como os recursos naturais. Tal problema pode ser equacionado se respondidas três questões: O que produzir? Como produzir? Para quem produzir? E, para tanto, há dois mecanismos a serem utilizados: 1- o mercado por si só, com a compra e a venda de bens e serviços se autorregula; 2- com a intervenção do governo, controlando as políticas monetárias e fiscais.

Hoje, a maioria dos países adotam economias mistas. O sistema de mercado estimula a produção, gerando a satisfação entre produtor e consumidor, e, também, incentiva a conservação de bens e de recursos escassos. Por outro lado, demonstram falhas significativas, devendo o governo intervir para que se alcance uma economia de bem-estar e controle social. A economia de bem-estar não é um sistema de ideias distinto e unificado; ao contrário, ela

levanta questões sobre a forma de funcionamento da economia, quanto satisfatório é seu sistema social de distribuição, o que pode ser feito a respeito de uma melhora no bem estar total e o grau de anulação social dos resultados do **laissez-faire* para promover o bem estar (OSER *et al.*, 1983, p. 366).

Há pensadores, de diversas escolas, interessados em defender a teoria do bem-estar, mesmo aqueles que não se filiam a Escola alguma e que afirmam operar de forma mais objetiva, também fazem suposições éticas e de valor que pressupõem certas bases para a boa vida. Vilfredo Pareto, economista italiano que especificou uma condição para alocação ótima, ou eficiente, de recursos, diz, segundo MILLER (1981, p. 441)

[...] que uma alteração que faz com que pelo menos um indivíduo progrida e que nenhum piore de situação constitui uma melhora no bem estar social. Por outro lado, uma alteração que não causa nenhuma melhora, mas que causa a piora da situação de uma pessoa resulta numa redução do bem estar social.

Percebe-se que essa definição se amolda, perfeitamente, na atualidade, pois, em alusão à condição de Pareto, pode-se asseverar que um indivíduo é o meio ambiente, e o outro, o crescimento econômico. Não há como haver um crescimento sustentável com a degradação do meio ambiente, pois um melhoraria e outro regrediria, não havendo uma alocação eficiente dos recursos.

Uma vez que o modelo econômico adotado, até os dias atuais, se mostrou ineficaz quanto à preservação dos recursos naturais, com a degradação do meio ambiente, a escassez dos recursos para atender ao crescimento global da economia, é necessário dar lugar a uma nova ordem econômica, que busque o crescimento de uma forma a não prejudicar o bem-estar social e a sustentabilidade do meio ambiente.

Para BROWN *apud* SACHS (2007) deve-se substituir os critérios de eficiência econômica por outros critérios, como por exemplo: abandonar a tradição de minimizar custos e valorizar a minimização do desperdício e da poluição para a redução da vulnerabilidade e para a maximização de qualidades como a resiliência, segurança, conforto e beleza.

A preservação do meio ambiente é um problema evidente, e vive um período de transformações. Não se pode pensar, somente, na sua preservação, mas, também, na criação de medidas de levem a uma racionalização do uso dos recursos naturais. É necessário uma realocação do PNB do nível de consumo individual para o coletivo, tornando os espaços habitáveis mais saudáveis e seguros. Nesse sentido, LEFF (2012) considera que a economia ecológica e a economia política estão se configurando como novos campos teóricos e de ação política, distinguindo-se da economia ambiental (economia neoclássica que ajusta os ciclos econômicos atribuindo preços de mercado à natureza), abrindo fronteiras interdisciplinares com diferentes campos científicos para valoração das condições ecológicas do desenvolvimento.

Contudo, deve-se se ater que nenhum dos fatores deve sobrepor-se ao outro: o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente devem estar lado a lado para uma justiça social. Para CALGARO (2009) imperioso um exame que estabeleça critérios abertos para apuração dos danos causados ao meio ambiente, deixando de lado as teorias paradoxais utilizadas, buscando-se o equilíbrio entre progresso, desenvolvimento econômico e social e a utilização dos recursos naturais.

É da natureza do ser humano a necessidade de consumir, e para tanto, é imprescindível o uso dos recursos naturais por uma questão lógica: as necessidades básicas de sobrevivência necessitam do consumo de água, alimentos, luz e calor, ou seja, dos fatores naturais buscados no ecossistema. Num segundo momento, surge a necessidade por outros bens fundamentais, como por exemplo, a moradia. Assim, o ser humano constrói um meio ambiente artificial que visa uma vida com dignidade. Porém, a sociedade não se satisfaz, apenas, em atender suas necessidades básicas, pois ela demanda um consumo diferenciado.

Como evidenciado, a ideia do ser se confunde com a ideia do ter, distorcendo a essência do consumo, que para RECH (2009), consumo é a capacidade de produção de bens, riqueza, alimento, que tem por finalidade multiplicar a produção, melhorando a utilidade dos bens, visando a atender as necessidades humanas de forma mais plena, rápida e eficiente. Nessa óptica, o autor trata o consumo como um direito fundamental, pois, segundo ele, o consumo gera novos empregos que possibilitam o homem a adquirir vestuário, alimentos, serviços de comunicação, transporte, dentre outros, mas sempre distinguindo o desenvolvimento do mau desenvolvimento, que para SACHS, (2009) ambos podem ser sustentados pela mesma taxa de

crescimento econômico, mas diferenciam-se na composição do produto final, das taxas de exploração da natureza e dos tipos de intensidade e da distribuição de custos sociais.

No entanto, relevante afirmar que não há indicadores apropriados para monitorar a taxa de exploração da natureza e a incorporação, no fluxo do PNB, do estoque de recursos não renováveis, bem como para caracterizar os custos sociais, psicológicos e humanos do crescimento econômico.” (SACHS, 2009, p. 126)

A partir dessa visão, resta clara a urgência de se utilizar da crise ambiental para buscar um processo de transição do mau desenvolvimento ao desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento equilibrado, pois não há o desejo de se cessar o consumo, como também, não se tem possibilidade de permanecer sem os recursos naturais. O que se busca é a construção de um cenário que possibilite que o desenvolvimento e a sustentabilidade marchem lado a lado. Há a necessidade de estudos e de pesquisas que induzam a uma política econômica ecológica sustentável, capaz de proporcionar uma racionalidade produtiva que possa reduzir a degradação.

É imprescindível que se busque uma visão ecossistêmica de produção, que tenha por finalidade criar medidas que acarretem em uma melhor qualidade de vida para todos. A economia ecológica busca por incluir a economia no campo da ecologia, onde são respeitadas as normas e critérios ecológicos, buscando a internalização das condições ecológicas para um crescimento sustentável.

As propostas teóricas da economia ecológica estendem-se também à ecologia humana, Nela floresceram as perspectivas neomalthusianas que consideram a sustentabilidade através de uma relação entre crescimento populacional, escassez de recursos e limites ecológicos, onde uma “capacidade de carga” dos ecossistemas fixaria os limites ao crescimento econômico e demográfico (LEFF, 2012, p. 43).

É preciso buscar um ponto de equilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, pois a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável exigem um planejamento adequado, onde se consiga demonstrar que a contínua degradação implica na diminuição da capacidade produtiva e econômica dos países. A economia ecológica tem, por finalidade, buscar conhecimentos ecológicos, demográficos, antropológico, dentre outros, para criar normas regulamentadoras de proteção ao meio ambiente, e, conseqüentemente, à vida. Ela se preocupa em buscar mecanismos que amparem o desenvolvimento, criando condições de crescimento com o menor impacto possível na natureza, utilizando-se de campos, além do econômico e jurídico, para alcançar esse fim.

Também, na busca do equilíbrio econômico sustentável, a ecologia política aparece como defensora de uma construção racional da produção. Como ensina LEFF (2012), a ecologia política reconhece as lutas populares pela equidade e pela democracia e os movimentos

ambientalistas que se opõem à natureza, reclamando o controle direto de seu patrimônio e dos recursos naturais, mas a principal característica da ecologia política é a construção de uma racionalidade produtiva, sobre as bases da sustentabilidade ecológica, da equidade social e da diversidade cultural.

Essa construção se baseia na internalização das condições ambientais para um desenvolvimento sustentável. A História remete às lutas por igualdade, liberdade e fraternidade, onde a democracia é o instrumento para que o cidadão ocupe presença na reafirmação de seus direitos. Assim, a ecologia política busca revalorizar a produtividade ecológica e os valores culturais, integrados nos saberes e nas práticas de uso de seus recursos.

Esta nova racionalidade produtiva não só está sendo construída como uma proposta teórica, mas está sendo mobilizada pela emergência de novos atores sociais do ambientalismo de base, ressignificando o discurso da sustentabilidade dentro de valores e interesses que orientam um processo de reapropriação social da natureza (LEFF 2012, p. 54).

A recuperação do processo produtivo, visando à proteção do meio ambiente, constitui-se em algo vital ao ser humano, pois é parte integrante da natureza e, como tal, deve requerer garantidos os seus direitos fundamentais, não se esquecendo que o consumo também é fundamental ao homem, já que busca nele as condições essenciais da vida. A ameaça ao meio ambiente não é privilégio somente do consumo, mas da forma de como se consome; da mesma forma, não é só do Estado a responsabilidade por modificações no sistema, eis que essas mudanças devem vir de cada indivíduo, pois é o ser humano, por suas escolhas e atitudes, o principal agente transformador do caminho ecológico sustentável, mas a maioria média não está disposta às mudanças propostas pela minoria ativista, que busca estilos de vida alternativos. Então, como explicar o incremento da sociedade de consumo, como a nossa? Como explicar o vertiginoso e crescente oferecimento de novos produtos ao mercado consumidor? Talvez as respostas possam iniciar-se através da análise da teoria das necessidades.

4 A teoria das necessidades: sujeição da natureza ao ser humano

Neste tópico torna-se adequada uma breve referência à *Teoria das necessidades em Marx*, de Agnes Heller (1996). Segundo a filósofa húngara, em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx admite que o sistema das necessidades constitui uma expressão da alienação capitalista, na qual o fim da produção não é a satisfação do que aparece como necessário, mas a valorização do capital. Dessa forma, o problema está na fetichização dessas necessidades pelo capitalismo, que as transforma num mero número e as multiplica, pois essas necessidades não desaparecem, como levava a crer a utopia marxiana. Ao conceito de necessidades alienadas Marx opõe o de necessidades radicais, que são as que possuem um caráter qualitativo.

Em referencia al valor presente del concepto de necesidades y necesidades radicales, todavía distingo entre necesidades cuantificables y *no* cuantificables. Y todavía hablo de necesidades radicales (que son aquellas *no* cuantificables en principio) pero ya *no* desde el entramado de una gran narrativa, tal como hice en *La teoría de las necesidades en Marx*. Por tanto, todavía creo en el valor del concepto de necesidades frente al de intereses o preferencias. Si se precisa de una analogía que lo aclare, los *intereses* están relacionados con aquello que Heidegger denominó *Gestell*, mientras que las necesidades que no pueden convertir-se en intereses “no pueden cuantificarse, y en este sentido son abiertas”. (HELLER, 1996, p.56).

No capitalismo, as necessidades foram fetichizadas pela mercantilização. São os homens que servem à produção, não a produção que serve aos homens; por isso, referimos que os homens, no sistema capitalista, produzem de forma e maneira desmedida. Para a autora húngara, a produção não tem por objetivo a satisfação das necessidades humanas, mas a busca da valorização do capital. Uma relação fetichizada é uma relação alienada. Há um feitiço na mercadoria que leva os indivíduos a uma contínua e constante insatisfação, o que a conduz a desenvolver a ideia de sociedade insatisfeita:

A ideia de “sociedade insatisfeita” busca captar a especificidade de nossa época mundial da perspectiva das necessidades ou, mais particularmente, da criação, percepção, distribuição e satisfação das necessidades. Isso sugere que a forma moderna de criação, percepção e distribuição de necessidades reforça a insatisfação, independente de alguma necessidade concreta ser ou não de fato satisfeita. (HELLER, 2002, p. 29).

Na análise de Heller, há três lógicas desenvolvimentistas distintas na Modernidade ocidental – a industrialização, o capitalismo e a democracia – e o progresso de cada uma exige a força motivacional da insatisfação. Por isso, no atual contexto ocidental, se as pessoas se sentirem satisfeitas, a sociedade moderna não poderá mais se reproduzir. Há uma lógica de desenvolvimento centrada na ideia de que a satisfação de algumas necessidades leva, automaticamente, à busca de satisfação de outras, porque, ao contrário do que inicialmente se imaginava, a satisfação das necessidades conduz à busca por outras antes inexistentes. As necessidades, “novas necessidades”, estão sendo criadas a todo o momento.

A satisfação na presente geração de algumas necessidades que ficaram insatisfeitas numa anterior não vão fazer a insatisfação diminuir ou cessar. [...] Pois maiores esperanças mudam a qualidade e a quantidade das necessidades, e os filhos medem sua experiência por suas próprias esperanças, e não pelas dos seus pais. (HELLER, 2002, p. 36)

O surgimento constante de novas necessidades dá-se pela insatisfação, que propulsiona o desenvolvimento da Modernidade ocidental. O interessante é que a própria sociedade, ao ver satisfeitas algumas de suas necessidades, justifica pela insatisfação a necessidade de realização e satisfação das “novas necessidades” (que estão sendo criadas a todo o instante), porque, insatisfeita, vive mudando continuamente. E, são as carências a força motivacional que perpetua as três lógicas da Modernidade ocidental (industrialização, capitalismo e democracia). “A industrialização e o capitalismo oferecem meios de satisfação de carências.” (HELLER,

2002, p.55), concomitantemente à criação de novas carências.

Para Heller (1996) todas as necessidades são reais, não sendo adequado falar em necessidades verdadeiras ou necessidades falsas. Adotado o ponto de vista de que todas as necessidades são reais e que há um número infinitamente grande de necessidades a serem satisfeitas, devemos considerar que nem todas são possíveis de satisfação em razão das dinâmicas atuais e das condições presentes na sociedade. Isso se dá em virtude das desigualdades sociais e, como consequência, devemos eleger prioridades. Assim, Heller (1996, p. 61), ao identificar as inúmeras necessidades existentes no conjunto social num determinado contexto, com algumas maiores que outras, refere que, sendo todas necessidades reais, é adequado acionar (ou resolver tal dilema) o sistema de prioridade de satisfação de determinadas necessidades por meio do debate público e democrático. Desse modo as carências e necessidades criadas pelo ou no grupo social, tornam-se demandas a serem satisfeitas.

Há quem entenda que os liberais defenderam que as necessidades seriam ilimitadas e, portanto, impossíveis de serem satisfeitas. A industrialização teria trazido consigo a possibilidade de abundância na produção e consumo tanto para a satisfação de necessidades básicas quanto das derivadas, porém também acrescentou a escassez ou esgotamento dos recursos naturais essenciais ao processo produtivo (o que provoca a valorização do capital, pois toda escassez leva à valorização do objeto escasso).

A busca da satisfação das necessidades é o que leva à produção dos meios para satisfazê-las, criando o que Marx designa como “primeiro ato histórico”. Primeiro é preciso viver, ou seja, “comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais”, mas logo em seguida, acrescenta Marx, “satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. (CARNEIRO, 2002, p. 118).

Podemos afirmar que para a teoria marxista a ampliação das necessidades faz parte de um processo de crescimento material e cultural em que a humanidade se reinventa a si própria por meio do trabalho, que passa também a ser uma necessidade. Isto é, no processo histórico os indivíduos, pelas suas interações com o meio, reinventam-se, criam suas (novas) necessidades, num processo que não cessa, é constante e permanente.

Voltemos agora ao tópico principal desta análise. Considerando que para Marx todas as formas de produção (força humana de trabalho) são uma exteriorização da força natural, há que se mencionar a constante e contínua troca que se estabelece entre o homem e a natureza.³ Aqui, tratamos da dialética da natureza, conceito que surge do já mencionado necessário e

³ En el trabajo el hombre “se contrapone, como poder natural, a la materia de la naturaleza”. “En tanto el hombre [...] actúa exteriormente sobre la naturaleza y la modifica, modifica al mismo tiempo a su propia naturaleza”. La dialéctica de sujeto y objeto es para Marx una dialéctica de las partes constitutivas de la naturaleza.” (SCHMIDT, 1983, p. 12).

inevitável processo de troca material entre o homem e a natureza mediado pelo trabalho. É pela atividade mediadora do trabalho que o homem e a natureza estabelecem um processo dialético.

A dialética da natureza surge dos processos de transformação realizados pelo homem com sua atividade produtiva, pois Marx não tratou a natureza como um domínio separado da práxis. Podemos afirmar que o conceito de dialética da natureza refere-se a um processo por meio do qual o homem transforma a realidade natural imediatamente dada e produz sobre essa base uma natureza artificial, humanizada. Assim, transforma a “primeira natureza” em “segunda natureza”.

Por corolário lógico, a substância natural pertencente à natureza dada, que, transformada pelo trabalho, torna-se um objeto útil ao homem, adquire um valor de uso, ao passo que o homem, por meio desse processo que ele próprio desenvolve, enriquece a sua natureza, que se lhe apresenta dada. Esse é um processo que não cessa ao longo de toda a existência do homem. O homem não pára de modelar o mundo e, simultaneamente, de produzir-se a si próprio, mas todo esse processo ocorre no interior da natureza, da natureza concebida como a totalidade do real. “A história total é a história preparação e da evolução para que o “homem” se tornasse o objeto da percepção dos sentidos e para que as necessidades do “homem como homem” se transformassem em necessidades humanas”. (MARX, 2006, p. 146).

Dessa forma, podemos afirmar que Marx (2006) não ignorou, em seu tempo, que uma biologia evolucionista não só era compatível com uma teoria evolucionista da história, mas complementar. O teórico alemão acreditava que o homem, como ser social, tinha transformado a natureza à sua volta e a si próprio.⁴

Assim sendo, a natureza revela o seu caráter dialético porque o homem e, junto com ele, a sua atividade vital, o trabalho, são momentos constitutivos da realidade natural. Para Marx, a natureza manifesta-se para o homem como imediato meio de vida, concomitantemente,

⁴ A evolução do homem permitiu que ele dominasse a partir de suas ações a pedra, a madeira, o fogo, as peles e as fibras; aprendeu a caçar em colaboração e incrementou sua dieta; o desenvolvimento de novas atividades fez ampliar seu cérebro, sua estatura, bem como, sua expectativa média de vida. A história das civilizações continuava e, inclusive, acelerava essa transformação da natureza e da humanidade. A humanidade se reinventou, permanentemente, a si própria através do trabalho e da cultura. A natureza humana seria um processo ininterrupto de transformações adaptativas. Fizemo-nos mais rápidos que o guepardo, e mais fortes que o elefante. Voamos mais alto que os pássaros e descemos a profundidades antes inimagináveis. Marx à sua época admitiu, no entanto, que existiam limites. Reconheceu que os homens transformavam a natureza e todas as suas relações sociais – a língua, as ferramentas do trabalho, as suas relações uns com os outros, etc...– em condições naturais e sociais que não podia escolher, que eram alheias à sua vontade. Mas não aceitava a premissa que condicionava a mudança da sociedade à mudança prévia do homem. A luta pelo domínio da natureza colocou a natureza e a própria humanidade na beira do abismo. Lutando pela transformação e domínio consciente das suas relações sociais, a humanidade estaria se transformando a si mesma.

como objeto material e instrumento da sua atividade vital. Talvez, daí decorra a ideia de muitos atores sociais de que a natureza é algo que lhes é dado para ser dominado e explorado.

Como já mencionado, o argumento de suprir necessidades é o que justifica o discurso do desenvolvimento econômico, mesmo que, para alguns, a qualquer custo. Mas o fato é que em uma sociedade de consumo como a nossa, jamais iremos suprir nossas necessidades em razão do contínuo e constante processo de produção de novas necessidades. A insatisfação leva-nos buscar a satisfação de novas necessidades que, como dito, são criadas a todo o instante.

Outro aspecto a ser considerado é o de que o desenvolvimento da atividade econômica significa constante e contínua apropriação de recursos ambientais para aquisição e consumo de produtos e a intensa geração de resíduos. Então, como alcançar o ideal de diminuição do consumo sem comprometer o desenvolvimento econômico?

5 Consumidores cidadãos ou cidadãos consumidores?

Quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como, os modos de nos integrarmos e nos distinguirmos na sociedade, de combinarmos o pragmático e o apazível.

Estudos realizados nos EUA sobre o consumo, como processo cultural, apontam para uma cidadania cultural em que: ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nascem em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades. Esses estudos se destinam a legitimar as minorias, cujas práticas não são, suficientemente, reconhecidas pelo Estado e, visam abrir a cidadania para a diversidade multicultural.

Na América Latina isso não é diferente em relação aos direitos à igualdade e aos direitos à diferença, em que há lutas pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. Isso implica em reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sociopolítico como o direito de participar na reelaboração do sistema, definindo aquilo de que queremos fazer parte. (CANCLINI, p. 37).

Os vínculos entre Estado e sociedade estão sendo revisados e novas condições culturais de articulação entre o público e o privado devem ser levadas em consideração. Essas modificações são de certa forma, reflexos ou consequências, do processo de globalização econômica.

Canclini (2010, p. 39-40) ao abordar o *novo cenário sócio cultural*, sintetiza-o em cinco processos, a saber: a) um redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício do público: perda de peso dos órgãos locais e nacionais em benefício dos conglomerados empresariais de alcance transnacional; b) reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos: do bairro aos condomínios, das iterações próximas à disseminação policêntrica da marcha urbana – sobretudo nas grandes cidades, nas quais TRABALHAR, ESTUDAR E CONSUMIR se realizam longe do local de residência – muito tempo empregado na locomoção e pouco tempo para habitar a própria cidade; c) a reelaboração do “próprio”, devido ao predomínio dos bens e mensagens provenientes de uma economia e uma cultura globalizada sobre aqueles gerados na cidade e na nação a que se pertence; d) a consequente redefinição do senso de pertencimento e identidade e, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores (programas de tv, CNN, MTV, etc., transmitidos por satélite) e; e) a passagem de um cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida – as formas argumentativas e críticas de participação dão lugar à fruição de espetáculos nos meios eletrônicos;

A partir da segunda metade do século 20, as modalidades audiovisuais e massivas de organização da cultura foram subordinadas a critérios empresariais de lucro. Fato relevante é, que as novas formas de consumo da época atual, com suas tendências desreguladoras e privatizantes e com a concentração transnacional das empresas diminuí as vozes públicas, tanto da chamada alta cultura, quanto da baixa cultura.

Contudo, encontramos-nos diante do seguinte paradoxo: como consumidores somos empurrados para o século 21 e todas as suas transformações trazidas pelas novas tecnologias, internet, celulares com as múltiplas funções em que “falar”, ficou relegado a um plano inferior e; como cidadãos continuamos no século 18. A distribuição global desigual dos bens e da informação (nem vamos tocar nos aspectos da qualidade e parcialidade das informações) nos colocou na dependência dos meios de comunicação e, na sequência, dos conglomerados empresariais internacionais.

Nos países periféricos, como os da América Latina, nas grandes cidade e regiões metropolitanas, a globalização seletiva exclui desocupados e migrantes dos direitos humanos básicos: trabalho, moradia, saúde e educação. O direito de ser cidadão, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados os bens (globalizados), se restringe novamente às elites. Há uma intensa exclusão social que parece propagar-se de forma cultural.

A participação cidadã não ocorre mais por suas formas tradicionais, como sindicatos, partidos e associações de base como ocorria outrora. No entanto, essa ausência de participação é compensada pela incorporação das massas consumidoras e espetáculos ocasionais oferecidos pelos meios de comunicação.

Todavia, nossos questionamentos prosseguem: o que é o consumo? Para o quê serve o consumo?

Canclini (2010) irá proporcionar várias respostas a esses questionamentos, dentre as quais destacamos que o consumo é um conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. O consumo é apenas um momento no ciclo de produção e reprodução das coisas – é única parte visível do sistema (a extração, produção e descarte estão fora do nosso campo de visão). No entanto, a racionalidade econômica macrosocial não é única que modela o consumo. Isto porque, o consumo manifesta, também, uma racionalidade sociopolítica interativa.

Para Manuel Castells (1974) o consumo é um lugar onde os conflitos entre classes, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade em relação à distribuição e a apropriação dos bens. A lógica que rege a apropriação dos bens como objetos de distinção não é a da manifestação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam.

O consumo também pode ser visto como um processo ritual de dar sentido ao fluxo rudimentar dos acontecimentos. Ou, o consumo pode ter origem na insatisfação profunda que o fluxo errático (aleatório, irregular) dos significados tem conduzido os atores sociais. Consumir é tornar mais tangível um mundo onde o sólido se evapora; é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados. Pensa-se o consumo como *um lugar* irrefletido e de gastos, o que segundo Canclini (2010) não é verdade.

O que o ocorre é que a reorganização transnacional dos sistemas simbólicos, feita sob as regras neoliberais de máxima rentabilidade dos bens de massa, gerando a concentração da cultura que confere a **capacidade de decisão em elites selecionadas, exclui as maiorias das correntes mais criativas da cultura contemporânea.** (CANCLINI, 2010, p. 69). (grifo nosso).

Um outro questionamento faz-se necessário. O consumo pode ser articulado como um exercício de cidadania? Segundo Canclini (2010), sim. No entanto, é necessário a reunião de determinados requisitos, como: a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional de mercados, de fácil acesso e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercício por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da

sociedade da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumidores (controle de qualidade de produtos ante concessões de estações de rádio e canais de tv; julgamento de quais produtos seriam de primeira necessidade; administrar informações para tomada de decisões estratégicas.

Dessa maneira, reunidas as ações acima dispostas, os consumidores ascendem à condição de cidadãos. Com isso, o mercado poderia ser visto não como um simples lugar de troca, mas como parte de interações socioculturais mais complexas. Assim, podemos considerar que não basta ficarmos adstritos aos aspectos negativos da realidade nas cidades latino americanas, marcadas pelos contrastes entre a pobreza e a riqueza, decorrentes da acentuada concentração da renda. Podemos buscar alternativas que consigam realizar práticas emancipadoras e garantidoras da dignidade dos povos na contemporaneidade, sem abdicar de melhorias em nossos processos de desenvolvimento e qualidade de vida.

6 CONCLUSÃO

Na análise, feita a respeito da relação que a sociedade estabelece com o consumo, percebe-se que há uma transformação nos valores, haja vista que a sociedade moderna, pós-revoluções e guerras, estabeleceu uma nova ordem econômica e social e se transformou em uma sociedade consumista e imediatista. A capacidade do poder de consumir fez com que um indivíduo se sobrepusesse ao outro, em uma visão de que o ter é mais importante do que o ser.

Esse consumo, exagerado, excessivo, transformou-se em crise ambiental, levando a escassez de fontes energéticas e outros recursos naturais para além do ser humano. O atual modelo de sociedade de consumo configura-se em um ambiente hostil, onde há um prélio da humanidade contra ela mesma e contra a natureza. Daí a necessidade da busca por uma ordem que permita o crescimento econômico, aliado a políticas de sustentabilidade.

Percebe-se que há movimentos que buscam reorganizar a economia e seus ciclos. A economia neoclássica o faz atribuindo valor ao bem natural, na tentativa de frear a escassez dos recursos. A economia ecológica tenta, por intermédio da interação com outras ciências, estudar as possibilidades para um desenvolvimento sustentável. Também, a ecologia política busca uma alternativa com a consideração de uma construção racional de produção. A teoria das necessidades busca a compreensão das constantes necessidades criadas pelo ser humano, sua insatisfação, que justifica nela (insatisfação) a realização de novas necessidades, onde a distribuição desigual dos bens de informação nos colocam na dependência dos meios de comunicação e dos conglomerados empresariais internacionais. Nota-se que toda essa

preocupação se dá em função da recuperação do processo produtivo ser vital à sobrevivência do ser humano, e que o consumo é indispensável às suas necessidades.

Para tanto, conclui-se que um crescimento econômico, que leve em conta a sustentabilidade, só se dará quando houver uma efetiva gestão democrática do desenvolvimento, com um planejamento adequado, onde se consiga demonstrar que a contígua degradação implica, necessariamente, na capacidade produtiva e econômica e que essas mudanças dependem não somente do Estado, mas, sim, dos indivíduos, cidadão, pois todos são responsáveis pelo destino desta e das futuras gerações.

5 REFERÊNCIAS

CALGARO, Cleide. Desenvolvimento sustentável e consumo: a busca do equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. In: PEREIRA, Agostinho O K.; HORN, Luiz F D R; Relações de Consumo Meio Ambiente. Caxias do Sul: Educs, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadão*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARNEIRO, Henrique. *As necessidades humanas e o proibicionismo no século XX*. Outubro, São Paulo, n. 6, p. 118, 2002.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México: Sigla XXI, 1974.

DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

HELLER, Agnes. *Una revisión de la teoría de las necesidades*. Barcelona: Ediciones Paidós. I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1996.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição Humana pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIPOVESTSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MILLER, Roger Leroy. *Microeconomia: Teoria, questões e aplicações*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.

OSER, Jacob, *et al*. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1983.

PEREIRA, Agostinho O K, *et al*. O direito ambiental diante do risco de insustentabilidade ambiental na sociedade moderna hiperconsumista In ESTENSSORO, Fernando, *et al*. *A América Latina e Caribe na encruzilhada ambiental* Iuji, RS: Unijuí, 2011.

PEREIRA, Agostinho O K, *et al.* In PEREIRA, Agostinho O K.; HORN, Luiz F D R; Relações de consumo meio ambiente. Caxias do Sul: Educs, 2009.

RECH, Adir U. A sociedade de consumo e o desenvolvimento sustentável. In: PEREIRA, Agostinho O K.; HORN, Luiz F D R; Relações de consumo meio ambiente. Caxias do Sul: Educs, 2009.

SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento/Ignacy Sachs; Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

SEGÚN, Elida. *O direito ambiental: Nossa Casa Planetária*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

THEIS, Ivo M. *Desenvolvimento, meio ambiente, Território: qual sustentabilidade?* In, *Desenvolvimento em questão*. Revista do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. – Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2003). Ijuí: Ed. Unijui, 2003. v. 8 jul.dez. 2006, p. 13-34).